

**Visita ao Colégio Internato dos Carvalhos - 04.junho.2012 – 15h**  
**Grupo de Trabalho dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário**  
**RELATÓRIO**

***Mandato do Grupo de Trabalho***

Promoção da reflexão e do debate em torno dos currículos dos ensinos básico e secundário.

***Objetivo das visitas a escolas***

Visitar estabelecimentos de ensino que desenvolvam currículos alternativos, associados à autonomia da escola - tendo-se escolhido um público e um privado - para se contactar com a realidade dos mesmos e dos seus agentes educativos e fazer o levantamento dos principais problemas e das dificuldades com que se debatem nesse âmbito, bem como das experiências em curso.

***Delegação de deputados***

Maria José Castelo Branco (PSD – Coordenadora), Maria Ester Vargas (PSD), Acácio Pinto (PS) e Michael Seufert (CDS-PP).

***Delegação da Escola***

Presidente da Direção e Representante da Entidade Titular, Pe. José Martins Maia, elementos da Direção Pedagógica, Subdiretores dos Ensinos Básico e Secundário, Coordenadores dos vários cursos, Presidente da Associação de Pais, antigo aluno e empresário, professor responsável pelo Gabinete de Estágios Profissionais e 3 alunos do 12.º ano.

***Apresentação da Escola***

Inicialmente foi entregue a cada deputado um dossiê sobre o Colégio. O Presidente da Direção fez depois uma apresentação genérica do [Colégio Internato dos Carvalhos](#), situado em Vila Nova de Gaia, Carvalhos, referindo que o mesmo é propriedade de uma entidade particular, foi criado em 1907, e a sigla **CIC** significa **C**omunidade com **I**dentidade **C**ristã e **C**laretiana, mas, também, **C**ompetência, **I**novação e **C**onhecimento. Consulte-se o [Regulamento Interno](#).

Salientou que foram pioneiros nos cursos com planos próprios, em 1983, tendo apresentado uma proposta de autonomia curricular que mereceu a aprovação do Ministério da Educação através de vários normativos, na medida em que eram criados novos cursos. Os atuais cursos, com a especificidade de os alunos iniciarem o 10º ano de escolaridade numa área de estudos, foram aprovados pelo Ministério da Educação pela [Portaria n.º 189/2005, de 16 de fevereiro](#), com efeitos a partir do ano letivo de 2004-2005, entretanto atualizada pela [Portaria 941/2009](#),

[de 20 de agosto](#), que entrou em funcionamento no ano letivo 2009/10. O Colégio tem 1850 alunos, do 5.º ao 12.º ano, sendo o ensino básico particular e o ensino secundário um serviço público de educação, gratuito, para o qual tinham contrato de associação e que foi depois substituído, a partir de janeiro de 2011, por apoios ao abrigo do POPH - Programa Operacional Potencial Humano. Realçou ainda que têm um corpo docente estável, situação que consideram imprescindível.

De seguida, foi feita uma apresentação com base no [Projeto Educativo 2011/2012](#). Em termos de enquadramento foi referido que em 1983 foram criados os cursos técnico-profissionais e a partir do ano letivo 2004-2005 os alunos no início do secundário não escolhem desde logo um curso, mas sim uma área de estudos, que é abrangente e permite o acesso a vários cursos. Nas pré-inscrições para o 10.º ano é feita uma prova de estudo de preferências vocacionais, para adoção da área de estudos e ao longo do 10.º ano os alunos têm acompanhamento permanente dos professores e psicólogos (o colégio tem 3 psicólogos no secundário e 2 no básico), para no final do 10.º ano escolherem, de forma mais consistente, o curso que pretendem. Salientaram que com esta metodologia diminuiriam a taxa de abandono escolar de 10% para 2% e que a taxa de insucesso escolar ronda os 10% no 12.º ano.

Salientaram que, anualmente, mais de 200 candidatos não conseguem vaga. O Colégio tem 5 turmas no 9.º ano e 14 no 10.º ano, sendo o ensino secundário gratuito para os alunos. Têm mais de 30 alunos com necessidades educativas especiais, que são admitidos na 1.ª prioridade. Cerca de 52% dos alunos são rapazes e 48% são raparigas. A maioria dos alunos prefere a via tecnológica. Os alunos dessa via não fazem exames nacionais para completarem o ensino secundário, a menos que optem por se candidatarem ao ensino superior, caso em que terão de realizar exames nacionais como provas de acesso.

A formação geral e científica é igual à do regime geral. A via científica é usada, de preferência, para acesso ao ensino superior e a tecnológica para acesso ao mercado de trabalho. Os alunos da via científica, que no final do secundário querem optar pela via tecnológica, fazem um estágio de 6 meses.

Estabeleceram os seguintes critérios para os alunos seguirem a via científica, no 11.º ano: média global de 14 valores e nota não inferior a 12 em Português e nas disciplinas de formação científica.

Identificaram as seguintes razões para os resultados que têm registado:

1. Estabilidade do projeto educativo;
2. Coerência na continuidade da oferta educativa;
3. Acompanhamento sistemático do trabalho dos alunos;
4. Identidade própria, marca CIC, com um Plano Anual de Atividades dinâmico;
5. Atenção permanente à evolução científica e tecnológica;
6. Ligação ao tecido empresarial, com cooperação com cerca de 300 empresas e algumas associações empresariais e comerciais;

7. Trazerem ao colégio figuras de reconhecida competência profissional e relevo social, muitos delas antigo(a)s aluno(a)s, para darem testemunho de vida aos atuais discentes.

A apresentação feita e bem assim um documento sobre o estabelecimento, em números, estão disponíveis na [página da Comissão](#) na *internet*.

***Desenvolvimento da forma de funcionamento do Colégio e diálogo com os agentes educativos***

De seguida interveio a deputada Maria José Castelo Branco (PSD, Coordenadora do Grupo de Trabalho dos Currículos) que evidenciou o facto de a educação do Colégio estar adaptada às necessidades de emprego e questionou se os cursos adotados vão de encontro às necessidades da região envolvente do Colégio.

Os responsáveis do Colégio responderam que vão de encontro às necessidades do mercado e aos desenvolvimentos tecnológicos, adaptando os currículos. Realçaram ainda a atenção dos professores existentes, para o que contribui o quadro estável dos mesmos.

A deputada Maria Ester Vargas (PSD) deu relevância à articulação e apoio aos alunos e pais em relação à escolha da área de estudos e do curso e manifestou apreço em relação ao rigor e exigência do Colégio. Questionou depois os alunos sobre se entraram no 10.º ano ou em anos do Ensino Básico e que diferença sentiram em relação aos anteriores estabelecimentos de ensino que frequentaram. Perguntou ainda qual a política seguida pelo Colégio em relação às línguas estrangeiras.

Uma das alunas referiu que entrou no Colégio no 10.º ano e concordou com o rigor e a exigência, entendendo que os mesmos também se vão verificar na profissão, pelo que é importante a preparação nesse sentido. Realçou o grande apoio dos professores e psicólogos, a amizade que se estabelece com eles e entre os alunos e bem assim o acesso fácil em relação aos membros do conselho diretivo.

Os representantes do Colégio informaram que há inglês para todos os alunos e alemão e francês como disciplinas de opção no 10.º ano, estando a ser ponderada a integração da língua espanhola e de mandarim.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) pediu informação sobre o contrato de associação e a mudança para o POPH e bem assim sobre a metodologia de integração com o meio empresarial.

Os representantes do Colégio informaram que no final de 2010 ficaram sem contrato de associação, referindo que têm 250 trabalhadores, dos quais 140 professores. Referiram que atualmente recebem verbas através do POPH e realçaram que embora este tenha tido atrasos

de 6 meses nos pagamentos, embora recentemente esse período esteja encurtado, não querem que haja mais alterações no regime atual. Solicitaram ainda que não seja alterado o regime do artigo 11.º do [Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro](#) (*realização de experiências pedagógicas e criação de cursos com planos próprios*).

Referiram ainda a existência de um coordenador de estágios e de relações permanentes com empresas, Associação Industrial Portuguesa, Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Gaia e Instituto do Emprego e Formação Profissional, etc. Informaram que os técnicos das empresas vêm, com alguma regularidade, ao Colégio dar formação aos alunos e professores. Salientaram que mais de 80% dos estagiários são recrutados pelas empresas onde fazem estágio. Referiram que têm dado grande ênfase, na formação, às situações de mudança e à preparação para a mesma.

O deputado Acácio Pinto (PS) evidenciou as seguintes questões, que considerou relevantes:

1. Saber, saber ser e saber estar;
2. Transversalidade e alargamento do currículo. Preparação para o facto de não haver empregos para a vida toda;
3. Projeto educativo de paixão.

Nessa sequência, perguntou o que leva os alunos a procurarem o Colégio, se a resposta corresponde às expectativas, o número de alunos em regime de internato e a sua origem social e geográfica.

Os alunos referiram que escolheram o Colégio para o 10.º ano pelas suas boas referências e prestígio, nomeadamente na via tecnológica, pelo bom relacionamento entre os alunos e pela marca CIC.

O representante da Associação de Pais, um ex-aluno do Colégio, referiu que este lhe transmitiu abertura para o futuro e bem assim conhecimentos e competências muito diversificadas, dando como exemplo conhecimentos no âmbito de empréstimos à habitação. Realçou ainda a grande valorização que o Colégio atribui ao desporto (com 2 pavilhões desportivos).

O representante dos empresários salientou a cooperação existente entre o Colégio e a sua empresa, a exemplo de outras, destacando a competência profissional evidenciada pelos alunos aquando da realização dos estágios profissionais, o que lhes permite ingressar nas empresas como colaboradores permanentes.

Os representantes do Colégio referiram que já tiveram um grande número de alunos internos, mas neste momento têm apenas cerca de 60. A escolha de um colégio interno, nalguns casos, deve-se ao facto de as escolas dos locais de origem dos alunos não terem a oferta educativa que é pretendida. Têm também alunos internos oriundos dos PALOP.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA**

---

Salientaram que gostariam de saber quanto custa um aluno no ensino público, indicando que no Colégio, numa turma de 26 alunos, custa 4410€ por discente/ano, incluindo os custos com pessoal e instalações. Realçaram, por último, que a sua matriz curricular tem um horário superior ao da escola pública e aulas dadas por dois professores, na componente da formação tecnológica, o que torna o valor turma/ano mais elevado. No entanto, comparativamente ao ensino estatal, estão convencidos que esse valor é inferior, levando em linha de conta o custo/benefício, atendendo aos baixos índices de abandono e retenção, comparativamente à realidade nacional.

**Visita à Escola**

Por último, foi feita uma breve visita a laboratórios do Colégio, das várias áreas de estudo.

Vila Nova de Gaia, Carvalhos, 04 de junho de 2012

A assessora da comissão  
*Teresa Fernandes*